

Nome: _____

Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá
Edital – 001/2023



04 – ANALISTA II
PROVA 01

PROVA ESCRITA OBJETIVA
CADERNO DE QUESTÕES

Leia atentamente as instruções abaixo e aguarde a autorização para abertura deste caderno de questões.

1. **Confira o seu CADERNO DE QUESTÕES nos primeiros 30 minutos de prova.** Caso haja algum erro de impressão, ausência de questão, dentre outros, a prova poderá ser substituída nesse intervalo de tempo.
2. Assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA, utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta. A não assinatura incide na DESCLASSIFICAÇÃO DO CANDIDATO.
3. Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 4 opções identificadas com as letras A, B, C, D. Você deve assinalar apenas uma opção em cada questão, caso contrário, ela será nula.
4. Não dobre, não amasse nem manche o CARTÃO-RESPOSTA. Ele NÃO poderá ser substituído.
5. O tempo disponível para esta prova **será de 3h.**
6. Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no CADERNO DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.
7. Quando terminar a prova, entregue-a ao fiscal SEM FALTAR NENHUMA PÁGINA OU PARTE DELA, juntamente com o CARTÃO-RESPOSTA. Em seguida, assine a LISTA DE PRESENÇA. Caso o CADERNO DE QUESTÕES E/OU o CARTÃO-RESPOSTA estejam rasgados ou incompletos, o candidato será eliminado.
8. Você somente poderá deixar o local de prova depois de decorrida uma hora do início da aplicação das provas.
9. Você também será excluído do certame caso:
 - a) Utilize, durante a realização da prova, máquinas e/ou relógios de calcular, bem como rádios, gravadores, fones de ouvido, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie.
 - b) Ausente-se da sala em que realiza a prova levando consigo o CADERNO DE QUESTÕES e/ou CARTÃO-RESPOSTA, antes do prazo estabelecido.
 - c) Deixe de assinalar corretamente o campo no CARTÃO-RESPOSTA.
 - d) Seja um dos três últimos candidatos e deixe o local de prova sem acompanhar o fiscal à coordenação.

GABARITO

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50

04 – ANALISTA II – PROVA 01

CONHECIMENTOS GERAIS

Texto

O Ministério da Saúde decretou situação de emergência na região da Terra Indígena Yanomami, a maior reserva indígena do Brasil, com 100 mil quilômetros quadrados distribuídos pela floresta amazônica entre os estados do Amazonas e de Roraima. O motivo? A morte de crianças por desnutrição.

A área ocupada pelos yanomami conta com grandes reservas de ouro, o que é um atrativo enorme para a mineração. Nísia Trindade, ministra da saúde, afirmou que o garimpo ilegal (que usa mercúrio, um metal tóxico), é a principal causa da crise sanitária que afeta os yanomami.

De 2016 a 2020, o garimpo em terras yanomami cresceu 3350%. E as consequências foram sentidas no ambiente: um laudo da Polícia Federal feito em meados de 2022 constatou que quatro rios da região tinham contaminação por mercúrio 8600% superior à concentração máxima para consumo.

Líquido à temperatura ambiente, o mercúrio é um metal cuja liberação indevida na natureza vem da atividade humana: usinas elétricas a carvão, processos industriais, incineradores de resíduos e, principalmente, na mineração de ouro.

O mercúrio é usado no garimpo para facilitar a separação. Ele se liga aos pequenos pedaços de ouro e forma uma amálgama, o que ajuda os garimpeiros a recolher o metal que interessa.

O processo tem um preço: para cada quilo de ouro extraído, são usados até oito de mercúrio, e a maior parte desse metal tóxico é jogado nos rios. Estima-se que esse descarte represente cerca de 38% das emissões de mercúrio no mundo. E a contaminação pela substância traz fortes efeitos negativos para o meio ambiente e para a saúde dos garimpeiros e das pessoas que vivem por perto.

Uma vez no ambiente, o mercúrio pode ser transformado por bactérias em metilmercúrio. Essa

forma orgânica do metal é acumulada pelos organismos do rio – e a concentração aumenta conforme a cadeia alimentar avança.

Imagine que muitos plânctons contaminados por mercúrio virarão jantar de um único peixe. A carga de mercúrio, então, vai se acumular nesse animal. Na sequência, um grande predador que tenha esse peixe no cardápio vai se alimentar dele e de vários outros peixes que comeram plânctons contaminados. A dose de mercúrio vai ficando cada vez mais alta.

Essa é, justamente, uma das principais formas de exposição ao mercúrio. Cozinhar os peixes e mariscos não basta para se livrar do metal, e quem se alimenta desses animais torna-se mais um elo na cadeia de acúmulo da substância.

Diversas variáveis determinam se a contaminação vai ocasionar problemas de saúde e qual será a sua gravidade. Entre elas estão a dose de mercúrio, a idade da vítima, por quanto tempo ela ficou exposta e a via de exposição (inalação, ingestão ou contato com a pele).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), dois grupos são mais sensíveis aos efeitos do mercúrio. O primeiro são fetos que, geralmente, são expostos ao metilmercúrio no útero graças ao consumo de peixes e mariscos pela mãe. Eles podem ter o desenvolvimento neurológico prejudicado, afetando cognição, memória, atenção, linguagem e habilidades motoras da criança.

O segundo grupo são pessoas frequentemente expostas a altos níveis de mercúrio – por exemplo, populações que dependem da pesca de subsistência em regiões de garimpo. O metilmercúrio afeta os sistemas nervoso central e periférico, causando tremores, insônia, perda de memória, efeitos neuromusculares, dores de cabeça e disfunção cognitiva e motora.

Em doses elevadas, o envenenamento por mercúrio pode causar disfunção renal, insuficiência respiratória e até morte. No século 20, no que ficou conhecido como o Desastre de Minamata, uma indústria dessa cidade japonesa descartava materiais

com mercúrio próximo a uma baía. 1.700 pessoas morreram por intoxicação ao consumir a pesca da região.

CAPARROZ, Leo. Intoxicação por mercúrio: entenda como o metal age no corpo. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/saude/intoxicacao-por-mercúrio-entenda-como-o-metal-age-no-corpo/>>. Último acesso em 20 fev. 2023. (Adaptado)

Questão 01

Em “1.700 pessoas morreram por intoxicação ao consumir a pesca da região”, o termo destacado expressa a ideia de:

- a) Lugar.
- b) Modo.
- c) Tempo.
- d) Finalidade.

Questão 02

A palavra “extraído” é acentuada pelo mesmo motivo que a palavra:

- a) Indígena.
- b) Saúde.
- c) Área.
- d) Polícia.

Questão 03

Assinale a alternativa que apresenta um dífono.

- a) Peixes.
- b) Exemplo.
- c) Próximo.
- d) Intoxicação.

Questão 04

No trecho “Em doses elevadas, o envenenamento por mercúrio pode causar disfunção renal, insuficiência respiratória e até morte”, os termos destacados podem ser substituídos sem prejuízo semântico, respectivamente, por:

- a) Distúrbio, escassez.
- b) Funcionamento, incompatibilidade.
- c) Fraqueza, perda.
- d) Acometimento, mitigação.

Questão 05

“O Ministério da Saúde decretou situação de emergência na região da Terra Indígena Yanomami, a maior reserva indígena do Brasil, com 100 mil quilômetros quadrados distribuídos pela floresta

amazônica entre os estados do Amazonas e de Roraima.”

Assinale a alternativa que apresenta, respectivamente, as classes das palavras destacadas.

- a) Preposição, conjunção, conjunção.
- b) Conjunção, preposição, conjunção.
- c) Preposição, preposição, preposição.
- d) Conjunção, conjunção, preposição.

Questão 06

No trecho “Nísia Trindade, ministra da saúde, afirmou que o garimpo ilegal (que usa mercúrio, um metal tóxico), é a principal causa da crise sanitária”, o termo destacado exerce a função de:

- a) Vocativo.
- b) Aposto.
- c) Adjunto adnominal.
- d) Complemento nominal.

Questão 07

Em “um laudo da Polícia Federal feito em meados de 2022 constatou que quatro rios da região tinham contaminação por mercúrio”, a oração destacada se classifica como:

- a) Oração subordinada substantiva objetiva direta.
- b) Oração subordinada substantiva subjetiva.
- c) Oração subordinada adjetiva explicativa.
- d) Oração subordinada adverbial de causa.

Questão 08

Em “a concentração aumenta conforme a cadeia alimentar avança”, o termo destacado introduz a ideia de:

- a) Tempo.
- b) Finalidade.
- c) Comparação.
- d) Proporção.

Questão 09

No fragmento “o segundo grupo são pessoas frequentemente expostas a altos níveis de mercúrio”, o termo destacado exerce a função sintática de:

- a) Adjunto adnominal.
- b) Complemento nominal.
- c) Predicativo do sujeito.
- d) Predicativo do objeto.

Questão 10

“por exemplo, populações que dependem da pesca de subsistência em regiões de garimpo”.

O termo destacado no trecho acima exerce a mesma função sintática que o seguinte vocábulo destacado:

- a) “em meados de 2022 constatou que quatro rios da região tinham contaminação por mercúrio 8600% superior”.
- b) “Estima-se que esse descarte represente cerca de 38% das emissões de mercúrio no mundo”.
- c) “O primeiro são fetos que, geralmente, são expostos ao metilmercúrio no útero graças ao consumo de peixes e mariscos pela mãe”.
- d) “Imagine que muitos plânctons contaminados por mercúrio virarão jantar de um único peixe”.

Questão 11

A importância da Lei de Improbidade Administrativa está em oferecer mecanismos para sancionar civilmente, mas de forma eficaz, condutas atentatórias ao Erário ou contrárias aos princípios da Administração Pública. O caráter civil da lei proporciona uma maior agilidade em comparação com os instrumentos do processo penal.

A respeito dos dispositivos da Lei de Improbidade Administrativa, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, atrai a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- b) Consideram-se agente público, o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades citadas na referida lei.
- c) Não estão sujeitos às sanções desta da Lei de Improbidade Administrativa os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de entes públicos ou governamentais.
- d) Configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.

Questão 12

Assinale a alternativa que contém conduta tipificada na Lei de Improbidade Administrativa como prática de enriquecimento ilícito.

- a) Facilitar ou concorrer, por qualquer forma, para a indevida incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, de rendas, de verbas ou de valores integrantes do acervo patrimonial das entidades públicas.
- b) Doar à pessoa física ou jurídica, bem como ao ente despersonalizado, ainda que de fins educativos ou assistências, bens, rendas, verbas ou valores do patrimônio de qualquer das entidades públicas.
- c) Permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
- d) Aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.

Questão 13

“(…) do ponto de vista sociológico, o Estado é corporação territorial dotada de um poder de mando originário; sob o aspecto político, é comunidade de homens, fixada sobre um território, com poder superior de ação, mando e coerção; sob o prisma constitucional, é pessoa jurídica territorial soberana.” (Hely Lopes Meirelles).

A respeito dos conceitos de estado, governo e administração pública, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A concepção de administração pública, em sentido estrito, diz respeito ao conjunto de entidades, órgãos e agentes públicos que exercem a função administrativa do Estado.
- b) O governo é o conjunto de Poderes e órgãos responsáveis pela função jurídica do Estado.
- c) O governo relaciona-se com o aparelho que o Estado possui para conseguir executar as políticas.
- d) No sentido estrito de Administração Pública, os órgãos governamentais são encarregados de direcionar as políticas públicas, assim como cabe aos órgãos administrativos executar.

Questão 14

Sobre a extinção dos atos administrativos, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A convalidação pode ser aplicada em atos vinculados que geram direitos subjetivos aos particulares em que se percebeu lesão ao interesse público.
- b) A anulação pode ser aplicada quando o beneficiário do ato não cumpre condições fixadas pela Administração.
- c) A cassação pode ser aplicada quando detectada ilegalidade superveniente imputada ao beneficiário do ato.
- d) A revogação pode ser aplicada quando o ato administrativo é tornado inválido em seus efeitos, tanto antes como após o momento da sua extinção.

Questão 15

Conforme o que é disposto na Legislação Federal sobre a Administração Indireta, suas entidades possuem características relacionadas especificamente para cada categoria. Assinale a alternativa que faz essa relação de maneira INCORRETA.

- a) A autarquia é um serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades que requeiram gestão administrativa e financeira descentralizada.
- b) A sociedade de economia mista é dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertencem em sua maioria à União ou a entidade da Administração Indireta.
- c) A empresa pública é dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito.
- d) A fundação pública é dotada de personalidade jurídica de direito público, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção.

Questão 16

Nos ambientes organizacionais é comum o emprego de ferramentas de produtividade, como o Microsoft Word, a partir da oferta de diversos recursos que possibilitam a construção de documentos profissionais eficientemente. Considere um usuário que está trabalhando em um documento no Microsoft Word em Português e decide colar uma imagem criada no CorelDraw no texto, mantendo o vínculo com o arquivo original. Neste contexto, assinale a alternativa que descreve o nome do recurso no Microsoft Word para realizar a atividade desejada.

- a) SmartArt.
- b) Colar Especial.
- c) Colagem Padrão.
- d) Pincel de Formatação.

Questão 17

Nos ambientes organizacionais, é comum o emprego de ferramentas de produtividade, como o Microsoft Word, a partir da oferta de diversos recursos que possibilitam a construção de documentos profissionais eficientemente. Considere um usuário que está trabalhando em um documento numa versão recente do Microsoft Word em Português e deseja adicionar campos que trazem informações sobre o documento, como “autor”, “categoria” e “título”. Assinale a alternativa que descreve o nome deste recurso disponível na aba “Inserir” do Microsoft Word.

- a) Partes Rápidas.
- b) Letra Capitular.
- c) Meus Suplementos.
- d) Referência Cruzada.

Questão 18

Navegadores como Microsoft Edge, Google Chrome e Mozilla Firefox têm papel essencial para usuários da Internet, pois são aplicativos que carregam e exibem as diversas páginas da Internet. Considere um usuário que está com uma página aberta e deseja buscar pela palavra “Concurso” no texto do site em exibição. Assinale a alternativa que apresenta o atalho de teclado no Edge, Chrome e Firefox para realizar o processo desejado.

- a) Ctrl + A
- b) Ctrl + F
- c) Ctrl + L
- d) Ctrl + U

Questão 19

Uma cidade tem 50 mil habitantes, dos quais 60% são mulheres. Dessas mulheres, 25% são casadas. Assinale a alternativa que indica a quantidade de mulheres solteiras na cidade.

- a) 7.500.
- b) 9.000.
- c) 15.500.
- d) 22.500.

Questão 20

Em uma turma de 25 alunos, a mediana das notas de uma prova foi 7,5. Sabendo que a nota mais baixa foi 4 e a nota mais alta foi 10, assinale a alternativa que aponta qual é a quantidade de alunos que tiraram nota abaixo da mediana.

- a) 11.
- b) 12.
- c) 13.
- d) 14.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 21

À luz do que dispõe nosso vigente texto constitucional a respeito dos direitos políticos, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A idade mínima de trinta anos é condição de elegibilidade para o cargo de vice-governador de Estado e do Distrito Federal.
- b) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até dois meses antes do pleito.
- c) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da divulgação do resultado da eleição.
- d) Por força do princípio da publicidade, a ação de impugnação de mandato não poderá tramitar em segredo de justiça.

Questão 22

No que se refere ao Direito Administrativo, assinale a alternativa CORRETA.

- I- Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preenchem os

requisitos estabelecidos em lei, assim como estrangeiros, na forma da lei.

- II- As investiduras em cargos ou emprego público depende de aprovação imediata em concurso público de provas ou de provas e título de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- III- O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável por duas vezes, por igual período.
- IV- Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre concursados para assumir cargo ou emprego na carreira.

- a) Apenas I e II estão corretas
- b) Apenas III está correta.
- c) I, II e III estão corretas.
- d) I e IV estão corretas.

Questão 23

No que se refere a Lei n.º 8.666/93 que estabelece as normas gerais sobre a licitação e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Assinale a alternativa CORRETA.

- a) As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, proibição e locações da Administração Pública, quando contratadas com empresas, serão necessariamente excluídas da licitação.
- b) A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento e a promoção do desenvolvimento sustentável.
- c) A licitação será sigilosa, vedando o acesso ao público em todo procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.
- d) As normas de licitação e contratos devem privilegiar o tratamento favorecido às empresas de grande porte na forma da lei.

Questão 24

No que se refere à formalização dos contratos administrativos, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O contrato administrativo sempre deverá seguir a forma escrita, sendo nulo qualquer contrato de natureza verbal.
- b) Constitui requisito indispensável para a produção de efeitos publicação resumida do contrato e de seus aditivos na imprensa oficial.
- c) É facultado à Administração Pública substituir o instrumento de contrato por outro, como, por exemplo, a Nota de Empenho, para valores situados abaixo dos limites de Tomada de Preços e Concorrência.
- d) O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços.

Questão 25

Com base na Lei n.º 8.666/93 para a habilitação nas licitações, é exigido dos interessados a documentação relativa à habilitação jurídica, julgue os itens a seguir:

- I- Registro comercial, no caso de empresa individual.
- II- Registo de nascimento e cédula de identidade.
- III- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- IV- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

Nos termos da Lei 8.666/93, em condições de habilitação, como critério de inscrição, estão CORRETOS:

- a) I, II e III, apenas.
- b) I, II, III e IV.
- c) I, III e IV, apenas.
- d) II, apenas.

Questão 26

Segundo a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu Art. 21, § 2º, o prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização do evento será de:

- a) Quarenta e cinco dias para pregão.
- b) Cinco dias úteis para convite.
- c) Quinze dias úteis para convite.
- d) Noventa dias, independente da modalidade.

Questão 27

“[...] conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.”

Segundo a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu Art. 6º, inciso IX, assinale a alternativa CORRETA que corresponde à seguinte definição:

- a) Execução indireta.
- b) Projeto Executivo.
- c) Projeto Intermediário.
- d) Projeto Básico.

Questão 28

É a unidade técnica ou administrativa que possui o dever de normatizar e/ou coordenar certas atividades das unidades do Governo ou de um determinado sistema. Instituição designada como coordenadora de um dos sistemas em que são divididas algumas das atividades da administração pública federal.

O texto acima define o conceito de:

- a) Órgão central.
- b) Órgão subordinado.
- c) Subórgão.
- d) Órgão executor.

Questão 29

Segundo a Lei n.º 9.784/99, estabelece normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Federal direta e indireta, visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração. Aplicando aos órgãos dos Poderes Legislativo e

Judiciário da União, quando no desempenho de função administrativa. Assinale a alternativa CORRETA.

- a) Órgão é a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração indireta. O instituto é a unidade de verificação subordinada à personalidade jurídica. Autoridade para o servidor ou agente público dotado de submissão de decisão.
- b) Órgão é a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração indireta. A entidade é a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica. Autoridade para o servidor ou agente público dotado de poder de decisão.
- c) Órgão é a unidade de atuação integrante somente da estrutura da Administração direta. O instituto é a unidade de verificação subordinada à personalidade jurídica. Autoridade para o servidor ou agente público dotado de submissão para a decisão.
- d) Órgão é a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração indireta. O instituto é uma unidade de verificação subordinada à personalidade legislativa. Autoridade para o servidor ou agente público dotado de submissão de decisão.

Questão 30

Considere a Lei n.º 9.784/99 que administração pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência. Nos processos administrativos serão observados os critérios:

- I- Atuação conforme a lei e o Direito.
- II- Atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé.
- III- Objetividade no atendimento do interesse pessoal, garantindo a promoção pessoal de agentes e autoridades.
- IV- Observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administradores.

Julgue os critérios elencados.

- a) I e II estão incorretos.
- b) Apenas o III está incorreto.
- c) Apenas o IV está incorreto.
- d) Apenas o II está incorreto.

Questão 31

Para organizar o exercício da função administrativa, o Estado se socorre basicamente dos mecanismos de centralização, descentralização e desconcentração. A centralização é a situação em que o Estado executa diretamente suas tarefas, ou seja, por intermédio de órgãos e agentes administrativos subordinados à mesma pessoa política. Em outras palavras, trata-se da execução de tarefas pela administração direta.

A respeito desse assunto, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Administração Indireta é composta de órgãos internos, a Administração Direta se compõe de pessoas jurídicas, também denominadas de entidades.
- b) A descentralização mediante outorga ocorre quando o Estado, mediante ato ou contrato, transfere a um particular a execução de determinado serviço público.
- c) Somente pessoas físicas podem ser destinatárias de concessões ou permissões de serviços.
- d) A partir da descentralização, as atividades não são executadas pelos órgãos do próprio ente político (administração direta), mas por entidades pertencentes à administração indireta ou a particulares prestadores de serviços públicos.

Questão 32

“Uma pessoa jurídica de direito privado criada por lei para, atuando sem submissão à Administração Pública, promover o atendimento de necessidades assistenciais e educacionais de certas atividades ou categorias profissionais, que arcam com sua manutenção mediante contribuições compulsórias.”

FONTE: FILHO, Marçal Justen. Curso de Direito Administrativo. 13ª ed. p. 590.

O conceito acima expresso refere-se a:

- a) Entidades paraestatais.
- b) Entidades de apoio.
- c) Organizações da Sociedade Civil.
- d) Autarquias.

Questão 33

Com base nos conhecimentos sobre o direito administrativo, julgue a questão:

Quando as atribuições que os entes descentralizados exercem só têm o valor jurídico que lhes empresta o ente central; suas atribuições não decorrem, com força própria, da Constituição, mas do poder central. Essa definição refere-se à:

- a) Descentralização administrativa.
- b) Descentralização política.
- c) Descentralização por serviço.
- d) Descentralização por colaboração.

Questão 34

Acerca dos conceitos do direito administrativo, julgue a questão:

Dentre os atos da Administração Pública, incluem-se:

- a) Os atos de direito público, como doação, permuta, compra e venda, locação.
- b) Os atos da Administração, que não contêm manifestação de vontade, mas que envolvem apenas execução, como a demolição de uma casa, a apreensão de mercadoria, a realização de um serviço.
- c) Os chamados atos de expressão, opinião, juízo ou valor, que também não expressam uma vontade e que, portanto, também não podem produzir efeitos jurídicos; é o caso dos atestados, certidões, pareceres, votos.
- d) Os atos políticos, que estão sujeitos a regime jurídico-constitucional.

Questão 35

Com relação aos poderes administrativos, julgue a questão:

A emanção de atos com efeitos gerais e abstratos, que não podem contrariar a lei é decorrente do:

- a) Poder disciplinar.
- b) Poder de polícia.
- c) Poder normativo.
- d) Poder hierárquico.

Questão 36

No que se refere a Lei n.º 8.666 - licitações e contratos da Administração Pública contratos, julgue a questão:

Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, aos bens e serviços, EXCETO que:

- a) Produzidos ou prestados por empresas brasileiras.
- b) Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento da tecnologia no país.
- c) Produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos previstas em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da previdência social e que atendam as regras de Acessibilidade previstas na legislação.
- d) Produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.

Questão 37

Em relação a Lei de licitações e contratos da Administração Pública, julgue a questão:

Consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

- a) Estudos técnicos ou científicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos.
- b) Assessorias ou consultorias técnicas e auditorias administrativas ou tributárias.
- c) Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.
- d) Fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras federais ou serviços.

Questão 38

A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende: a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos nos termos da Constituição. A autonomia é a autodeterminação limitada pela Constituição, sendo desdobrada em alguns aspectos, salvo:

- a) Autogoverno.
- b) Auto jurisdição.
- c) Autoadministração.
- d) Auto-organização.

Questão 39

A respeito da Lei n.º 8.429/1992 que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, julgue a questão:

Não configura ato de improbidade administrativa:

- a) Aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de

- ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.
- b) Perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.
 - c) A ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.
 - d) Incorporar, por qualquer forma, ao seu patrimônio bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades.

Questão 40

Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por uma das seguintes condutas:

- a) Facilitar ou concorrer, por qualquer forma, para a indevida incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, de rendas, de verbas ou de valores integrantes do acervo patrimonial das entidades.
- b) Permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.
- c) Doar à pessoa física ou jurídica bem como ao ente despersonalizado, ainda que de fins educativos ou assistências, bens, rendas, verbas ou valores do patrimônio de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, sem observância das formalidades legais e regulamentares aplicáveis à espécie.
- d) Revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada ou colocando em risco a segurança da sociedade e do Estado.

Questão 41

Considera-se agente público o servidor público e todo aquele que exerce:

- a) Ainda que transitoriamente com ou sem remuneração, por eleição, nomeação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, cargo, emprego ou função nas entidades referidas na Lei.
- b) Ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades referidas na Lei.
- c) Ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação e qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego e função nas entidades referidas na Lei.
- d) Ainda que transitoriamente ou permanentemente, sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades referidas na Lei.

Questão 42

Com base nos atos de improbidade administrativa da Lei n.º 8.429/1992, assinale a alternativa CORRETA.

Constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito auferir, mediante a prática de ato doloso, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego ou de atividade nas entidades referidas nesta Lei, e notadamente:

- a) Receber, para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público.
- b) Perceber vantagem econômica, indiretamente, para facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem móvel ou imóvel, ou a contratação de serviços pelas entidades referidas na lei por preço superior ao valor de mercado.
- c) Utilizar, em obra ou serviço particular, qualquer bem móvel, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades referidas nesta Lei, com exceção o trabalho de servidores, de empregados ou de terceiros contratados por essas entidades.

- d) Receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar, de lenocínio, de narcotráfico, de contrabando, de usura ou de qualquer outra atividade ilícita, ou aceitar promessa de tal vantagem.

Questão 43

Considerando a Lei de Licitações de Contratos Administrativos, assinale a alternativa CORRETA.

A modalidade de licitação restrita em que a Administração Pública vise a contratação de objeto que envolva a condição de inovação tecnológica ou técnica é o (a):

- a) Concorrência.
- b) Concurso.
- c) Leilão.
- d) Diálogo competitivo.

Questão 44

No tocante a Lei n.º 12.462/2011 que aborda sobre o Regime Diferenciado de Contratações Públicas, assinale a alternativa INCORRETA.

Ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no instrumento convocatório e no contrato, bem como das demais cominações legais, o licitante que:

- a) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
- b) Não manter a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado.
- c) Fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do contrato.
- d) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

Questão 45

De acordo com a Constituição Federal de 1988, quando o chefe do executivo deixa transcorrer o prazo de 15 dias úteis para sancionar o projeto, significa que o projeto foi sancionado e se converteu em norma jurídica, mesmo sem a manifestação expressa do presidente. Neste caso, quem cala, consente.

O texto acima se refere ao conceito de:

- a) Sanção Expressa.
- b) Sanção Tácita.
- c) Veto.
- d) Veto total.

Questão 46

A expressão “processo legislativo” compreende o conjunto de atos (iniciativa, emenda, votação, sanção e veto, promulgação e publicação) realizados pelos órgãos competentes na produção das leis e outras espécies normativas indicadas diretamente pela Constituição. A iniciativa compreende a prerrogativa concedida pela Constituição Federal a determinados sujeitos para elaboração de projeto de lei. É o que dá início ao processo legislativo. Só pode exercê-la quem tem poder de iniciativa, caso isso não seja respeitado, há ocorrência de:

- a) Veto total.
- b) Omissão material.
- c) Vício material.
- d) Vício formal.

Questão 47

A expressão “agentes públicos” tem sentido amplo. Significa o conjunto de pessoas que, a qualquer título, exercem uma função pública como prepostos do Estado. Essa função, é mister que se diga, pode ser remunerada ou gratuita, definitiva ou transitória, política ou jurídica. O que é certo é que, quando atuam no mundo jurídico, tais agentes estão de alguma forma vinculados ao Poder Público. Como se sabe, o Estado só se faz presente através das pessoas físicas que em seu nome manifestam determinada vontade, e é por isso que essa manifestação volitiva acaba por ser imputada ao próprio Estado. São todas essas pessoas físicas que constituem os agentes públicos (CARVALHO FILHO, 2018, p. 707).

A respeito desse assunto, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Os empregados públicos, compreendem os ocupantes de emprego público, ou seja, que foram contratados pela Administração Pública com regime de contratação regido pela CLT e cujo regime previdenciário é o regime próprio da previdência social.
- b) Os servidores temporários são contratados por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público (art. 37, IX, da Constituição).
- c) Em sentido estrito, trata-se de toda pessoa física que presta serviço público às Administrações Direta ou Indireta, tem vínculo empregatício e cuja remuneração é paga pelo erário público.
- d) Agentes públicos são uma categoria de servidores públicos.

Questão 48

Os serviços públicos são todas aquelas atividades desempenhadas diretamente pelo Estado ou por aqueles que – por meio de delegação, concessão ou permissão – detenham a anuência daquele para desempenhá-las. São atividades que visam trazer maior conforto aos indivíduos e podem ser usufruídas, tanto individual quanto coletivamente. Assim, é necessário que haja interesse público na sua realização. Alguns tipos de serviços públicos podem ser delegados, o que ocorre quando se transfere a competência para realizá-los a terceiros. Outros, porém, apenas podem ser realizados pelo próprio ente estatal, sendo proibida a delegação.

Sobre o tema classificação dos serviços públicos, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Os serviços *uti universi* são aqueles destinados à coletividade, mas que podem ter sua utilização de forma individual.
- b) Os serviços *uti singuli* não podem ter sua utilização dividida. Não é possível calcular o quanto cada pessoa utilizou daquele serviço.
- c) Os serviços facultativos são aqueles essenciais aos cidadãos. Cobra-se ainda que a pessoa não os utilize, apenas por serem disponibilizados, de modo que não se pode recusá-los.
- d) São impróprios os serviços que, apesar de serem de interesse da coletividade, podem ser executados por particulares mesmo sem a delegação pelo Estado.

Questão 49

Os atos administrativos conceitualmente são atos praticados pelas pessoas administrativas, por meio de seus agentes, no pleno exercício de suas competências funcionais, que exteriorizam uma manifestação de vontade do Estado. Eles são capazes de produzir efeitos para assegurar o interesse público, de acordo com as hipóteses e condições previstas em lei. A respeito disso, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O ato complexo, por sua vez, decorre da manifestação de vontade de dois ou mais diferentes órgãos ou autoridades e, somente assim, alcança a perfeição (completo, concluído e formado).
- b) O ato administrativo é a concretização da manifestação de vontade pela Administração

Pública, de forma bilateral, em observância ao princípio da legalidade.

- c) Os atos administrativos unilaterais são chamados de contratos administrativos.
- d) Os atos administrativos constituem meras atividades públicas materiais, decorrentes de alguma decisão administrativa e, em princípio, desprovida de interesse para o Direito.

Questão 50

A Administração Pública se divide em Administração Pública direta e indireta: A Administração Pública indireta é composta por entes com personalidade jurídica, que são criados pela Administração Pública direta, para que esta possa transferir, aos entes, algumas das suas competências, visando à eficiência e à qualidade dos serviços públicos. Os entes integrantes da Administração Pública indireta são as autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.

A respeito desse assunto, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Quando a Administração Pública direta cria pessoas jurídicas especializadas para a transferência da prestação de determinados serviços, diz que há a centralização.
- b) Existem duas espécies de descentralização: a descentralização política e a descentralização administrativa. A descentralização administrativa se dá quando a pessoa descentralizada possui autonomia para execução de suas atividades, com possibilidade de elaboração das próprias leis; possuem uma legitimidade que decorre da própria Constituição.
- c) A descentralização ocorre quando a distribuição de competências é feita de maneira inteira, ou seja, dentro da mesma pessoa jurídica.
- d) O objetivo da descentralização é proporcionar maior eficiência à prestação de serviços públicos, uma vez que ela será realizada por entes especializados, que se dedicarão, de forma específica, àquela finalidade.